2.^a Sessão Legislativa da 4.^a Legislatura
Ata da 37.^a Sessão Ordinária, em 1.^o de julho de 1960

Presidência do sr. Anibal Curi, secretariada pelos srs. Libânio Cardoso e José Vaz de Carvalho.

A hora regimental, é registada a presença dos seguintes srs. deputados: Guataçara Borba Carneiro, Paulo de Camargo, Pedro Liberti, Anibal Curi, Nicanor de Vasconcellos, Agostinho Rodrigues, Antonio Annibelli, Antonio Ruppel, Cândido Machado de Oliveira Neto, Nivaldo Gomes de Oliveira, Emilio Carazzai, Ernesto Moro, Dino Veiga, Thadeo Sobocinski, José Vaz de Carvalho, João Mansur, Joaquim Néia, Elio Duarte Dias, Jorge Maia, Jorge Nassar, José Hoffmann, Libânio Cardoso, Raphael Kuliski, Mário Faraco, Néo Martins, Ruy Gândara, Renato Bueno, Sady de Brito, João Cernicchiaro, Vargas de Oliveira, Vidal Vanhoni e Waldemar Daros (32); achando-se ausentes, os seguintes srs. deputados: Zaqueo de Mello, Ambrosio Choma, Amadeu Puppi, Amaury Silva, Léo de Almeida Neves, Haroldo Leon Pérez, João Simões, Luiz Alberto Dalcanalle, Mário de Barros, Alvaro Dirceo, Miguel Dinizo, Nilson Ribas e Waldemiro Hanciko (13).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO,

passando o sr. 2.^o Secretário à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE — Está em discussão a ata.

O SR. PEDRO LIBERTI — (Sobre a ata). Sr. Presidente. Pedi a palavra sobre a ata, apenas para uma explicação que se torna necessária, a fim de evitar confusão, como está ocorrendo em nossa Capital, através de jornais.

Li hoje, no jornal "Estado do Paraná", uma nota que está assim redigida: (16) "Notícia da "Folha de São Paulo" em sua 3a. edição da última segunda-feira: o sr. deputado Pedro Liberti discursa num comício do sr. Adhemar de Barros em Rolândia, hipotecando apoio ao chefe populista. A notícia consta em reportagem sobre a visita do sr. Adhemar de Barros em Rolândia e diz o seguinte: (16).

Sr. Presidente, estou acostumado a ver as intrigas que os jornais fazem aos srs. Deputados.

O jornal ("Estado do Paraná", naturalmente não tem culpa dessa notícia "... que o deputado Pedro Liberti apoia o sr. Adhemar de Barros", porque, com certeza, foi copiada da "Folha de São Paulo" e essa é uma crítica do repórter desse jornal.

Para que esta Casa e os srs. Deputados tenham conhecimento e para que o sr. deputado Pedro Liberti tenha sempre a sua cabeça erguida e para que não pairessem dúvidas sobre o seu ponto de vista, é que vou dizer: A Rádio Clube de Rolândia proporcionou uma sessão solene de homenagem ao prefeito paulistano e eu, na qualidade de Diretor Presidente dessa Rádio, fui incumbido de saudar o sr. Adhemar de Barros.

Nunca emprestei apoio a este ou aquele, a não ser de acordo com o meu ponto de vista, como já disse.

Para que amanhã os jornais não volte a criticar que um dia estou com um candidato e em outro dia com o outro, procurando estabelecer uma confusão dentro do meu partido ou fora dele, devo dizer que a minha atitude é sempre a mesma.

Se o meu discurso, lá em Rolândia, tornou-se um apoio ao dr. Adhemar de Barros, seria porque ele também tem o seu eleitorado. Tem adeptos no meu Município, que também estão aliados, ombro a ombro com a candidatura do nosso Senador da República e candidato ao Governo do Estado do Paraná, Sr. Nelson Maculan.

O P.S.P. de Rolândia está com Nelson Maculan e lá, fiz uso da palavra em nome da direção da Rádio, saudando o Dr. Adhemar de Barros e os "populistas" do meu Município, porque lá se encontrava o chefe "populista" do Brasil, que é o prefeito paulistano.

E aqui estou para que conste dos anais desta Assembléia, a minha palavra, não de desmentido do meu discurso, porque realmente fiz um discurso, mas, bem frisado, em nome da direção da Rádio Clube de Rolândia.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão a ata.

Não havendo mais quem queira discutí-la, declaro-a aprovada.

O Sr. Secretário passa à leitura do seguinte Expediente:

O F Í C I O S :

— do sr. Governador do Estado, sob os n.ºs. 121, 122 e 123, comunicando haver sancionado os seguintes Projetos de Lei:

sob o n.º 721-59 — de autoria do Senhor Deputado Machado Lima, que abre um crédito especial no valor de Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) ao Colégio São Vicente de Paula de Terra Boa, que convertido em Lei tomou o n.º 4.229 — **Ciente. Arquivo-se.**

sob o n.º 681-59 — de autoria do Senhor Deputado Machado Lima, que abre um crédito especial no valor de cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00) como auxílio à Fundação Maria Auxiliadora de Ararua, que convertido em Lei tomou o n.º 4.230. — **Ciente. Arquivo-se.**

sob o n.º 682-59 — de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, que concede subvenção anual de dois milhões e quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 2.500.000,00), à Faculdade Católica de Filosofia, que convertido em Lei tomou o n.º 4.232. — **Ciente. Arquivo-se.**

sob o n.º 764-59 — de autoria do Senhor Deputado Amadeu Puppi, que abre um crédito especial de quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 500.000,00), ao Instituto Santa Terezinha de Imbituva, que convertido em Lei tomou o n.º 4.233. — **Ciente. Arquivo-se.**

sob o n.º 765-59 — de autoria do Senhor Deputado Amadeu Puppi, que abre um crédito especial no valor de duzentos mil cruzeiros (Cr\$ 200.000,00), ao Asilo São Vicente de Paula de Imbituva, que convertido em Lei tomou o n.º 4.234. — **Ciente. Arquivo-se.**

sob o n.º 724-59 — de autoria do Senhor Deputado Jorge Nassar, que concede pensão mensal de dois mil cruzeiros (Cr\$ 2.000,00), a Mário Gabargo. — **Ciente. Arquivo-se.**

sob o n.º 363-59 — de autoria do Senhor Deputado Néo Martins, que transfere ao Departamento de Estradas de Rodagem, a rodovia que partindo de Paranaíba, vai à cidade de Querência do Norte, o qual convertido em Lei tomou o n.º 4.235. — **Ciente. Arquivo-se.**

sob o n.º 766-59 — de autoria do Senhor Deputado Amadeu Puppi, que abre um crédito especial de quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 500.000,00), ao Instituto Santa Sofia de Prudentópolis, que convertido em Lei tomou o n.º 4.236. — **Ciente. Arquivo-se.**

sob o n.º 163-60 — de autoria do Senhor Deputado João Simões, que abre o crédito especial de três milhões de cruzeiros (Cr\$ 3.000.000,00), ao Teatro Guaira, destinado a manter despesas com a sua manutenção, o qual convertido em Lei tomou o n.º 4.225. — **Ciente. Arquivo-se.**

sob o n.º 119-60 — de autoria do Senhor Deputado Anibal Curi, que abre um crédito especial de quinze milhões de cruzeiros (Cr\$ 15.000.000,00), à Legião Brasileira de Assistência, que convertido em Lei tomou o n.º 4.226. — **Ciente. Arquite-se.**

sob o n.º 341-59 — referente a Mensagem Governamental n.º 45, que concede pensão mensal de dois mil cruzeiros (Cr\$ 2.000,00), ao Professor Remo de Pécia, que convertido em Lei tomou o n.º 4.227. — **Ciente. Arquite-se.**

sob o n.º 59-60 — referente a Mensagem Governamental n.º 3, que abre o crédito especial de dois milhões, quinhentos e setenta e um mil cruzeiros (Cr\$ 2.571.000,00), à Secretaria de Saúde Pública, o qual convertido em Lei tomou o n.º 4.228. — **Ciente. Arquite-se.**

Sob o n.º 106-59 — de autoria do Senhor Deputado Anibal Curi, que cria, na Divisão Judiciária do Estado a Comarca de Ila. Entrância de Cruzeiro do Oeste, o qual convertido em Lei tomou o n.º 4.237. — **Ciente. Arquite-se.**

— do Senhor Governador do Estado, sob o n.º 141, encaminhando a esta Assembléia, para o fim previsto no Parágrafo 4o do Artigo 27, da Constituição Estadual, o Projeto de Lei n.º 425-59, de autoria do senhor Deputado Jorge Maia, que dispõe sobre a criação da Comarca de Apucarana. — **A Comissão competente.**

do Senhor Governador do Estado, sob o n.º 117, comunicando a esta Assembléia, haver vetado o Projeto de Lei n.º 746-59, de autoria do Senhor Deputado Agostinho Rodrigues, que dispõe sobre reestruturação na carreira de Laboratorista, do Quadro Geral, elevando de L para P a sua classe inicial e nessa proporção as demais classes que formam a estrutura da carreira. — **A Comissão de Constituição e Justiça.**

— do Senhor Governador do Estado, sob o n.º 118, comunicando a esta Assembléia, haver vetado o Projeto de Lei n.º 401-59, de autoria do Senhor Deputado Élio Duarte Dias, que dispõe sobre equiparação dos integrantes da carreira de Perito Criminalista, do Quadro Geral, aos Delegados de Polícia, para efeito de vencimentos e demais direitos. — **A Comissão de Constituição e Justiça.**

— do Senhor Governador do Estado, sob o n.º 119, comunicando a esta Assembléia, haver vetado o Projeto de Lei n.º 676-59, de autoria do Senhor Deputado Idal Vanhoni, que dispõe sobre a classificação dos Horistas e diaristas da Administração do Porto de Paranaguá, que contarem mais de dois anos de serviços, na referência única do Quadro Próprio de extranumerários mensalistas da referida Administração. — **A Comissão de Constituição e Justiça.**

— do Senhor Governador do Estado, sob o n.º 120, comunicando a esta Assembléia, haver vetado o Projeto de Lei n.º 1.031-57, de autoria do Senhor Deputado Paulo de Camargo, que dispõe sobre a criação de vários municípios, das motoniveladoras do Estado que se acham prestando serviços, a título de empréstimo, às respectivas Prefeituras Municipais. — **A Comissão de Constituição e Justiça.**

— do Senhor Diretor da Divisão de Águas, do Ministério da Agricultura, ao Exmo. Sr. Presidente desta Casa, sob o n.º 1080, de 21 do corrente mês, prestando esclarecimentos com referência a reclamação apresentada a esta Assembléia pelo Senhor Deputado Waldemar Daros, relativamente às sucessivas majorações verificadas nas tarifas de energia elétrica nesta Capital. — **Ao conhecimento da Casa e do sr. Deputado interessado.**

— do Senhor João Marcos Vieira, Presidente da Câmara Municipal de Florai, acusando recebido e agradecendo a comunicação da eleição e posse da Mesa desta Assembléia Legislativa, bem como, augurando os votos de uma gestão profícua e feliz, aos seus componentes. — **Ciente. Arquite-se.**

— do Sr. Antônio Lustosa de Oliveira, Presidente da Caixa Econômica Federal do Paraná, acusando e agradecendo a comunicação da eleição e pos-

se da nova Mesa desta Assembléa, bem como a instalação da 2a. Sessão Legislativa da 4a. Legislatura. — **Ciente. Arquite-se.**

— do Senhor Renato Cunha, Presidente da Câmara Municipal de Londrina, informando que de acôrdo com requerimento apresentado pelo vereador Edgard Ribeiro de Menezes, e aprovado por àquela Câmara, solicita sejam enviados telegramas às autoridades federais, a fim de que sejam enviados esforços no sentido de impedir a aprovação do item constante do Projeto de Lei que cria novas tarifas aduaneiras, o que virá diminuir a quota de importação para a fibra do linho, naquêlo Município. — **Ao conhecimento da Casa.**

— do Senhor Edgard Bezerra Valente, Presidente da Câmara Municipal de Bela Vista do Paraíso, acusando recebido e agradecendo a comunicação feita por officio-circular, da instalação da 2a. Sessão Legislativa da 4a. Legislatura desta Assembléa, comunicando, ainda, pelo mesmo officio, a eleição e posse da nova Mesa que regerá os destinos daquela Câmara. — **Ciente e agradeça-se.**

— do Senhor Antônio Espidião David, Presidente do Diretório do Partido Trabalhista Brasileiro de Ribeirão Claro, comunicando haverem se reunido, em data de 10 do mês p.p., os membros daquele Diretório, com o fim de tomarem conhecimento da agressão sofrida pelo Deputado Joaquim Néia de Oliveira, e da qual foi agressor o ex-prefeito daquela localidade, Sr. Francisco Paladino, ocasião em que deliberou o Diretório do Partido T.B. de Ribeirão Claro, protestar veementemente perante esta douda Casa, sôbre a selvagem agressão, e pedir sejam deliberadas as providências que se fazem necessárias, a fim de que não se venha a repetir atos dessa natureza. — **Ao conhecimento da Casa.**

CONVITE: — da Fundação da União Maringaense de Estudantes Secundários, convidando a presidência dêste Poder para participar das festas e mregozijo ao seu Segundo Aniversário. — **Agradeça-se.**

OFICIOS:

— do sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhando devidamente relatados os Projetos de Lei n.ºs. 211-60 e 310-60. — **Ao sr. Diretor do Serviço Legislativo.**

— do sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhando cópia do Projeto de Lei n.º 623-58, convertido em diligência nesta Comissão, para o fim de ser solicitada ao Poder Executivo a relação das contas que, segundo a referida proposição, foram aprovadas pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado. — **Ao sr. Diretor do Serviço Legislativo.**

REQUERIMENTO:

— do sr. deputado Nicanor de Vasconcellos, solicitando preferência de votação para o pedido de licença do sr. deputado Zaqueu de Mello.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Ao cargo isolado, de provimento efetivo, de Redator Chefe de Propaganda Sanitária, da Secretaria de Saúde e Assistência Social, integrante da Tabela II, da Parte Permanente, do Quadro Geral do Funcionalismo Público Civil do Estado, são atribuídos todos os direitos e vantagens previstos na Lei n.º 3.508, de 28.12.1957.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de julho de 1960.

(a) **Anibal Khury**

JUSTIFICAÇÃO: — Eminentemente especializado, o cargo de Redator Chefe de Propaganda Sanitária exige de seu ocupante conhecimentos e ha-

bilitação que não podem ser apenas aquêles comuns à média dos servidores públicos. Dispensável diploma de conclusão de curso superior, é imprescindível, contado, e posse de nível intelectual e cultural equivalente.

Aos profissionais liberais que exercem função pública no Estado — e também a alguns não titulados — já o concedeu benefício de vencimentos compatíveis com a alta significação e importância de seus encargos, em geral mediante o artifício de equipará-los aos integrantes do Ministério Público. É o certo, o justo. Não se trata de remuneração excessivamente elevada, no cotêjo com categorias funcionais tão mal pagas. A recíproca, no caso, é verdadeira: — não há, no funcionalismo público, camadas excessivamente contempladas em matéria de vencimentos. Há, isto sim, categorias muitíssimo mal aquinhoadas.

É o caso do cargo objeto da presente proposição. A sua importância, as credenciais que se exige de seus ocupantes, as quais se deve atribuir a paga condizente e incentivadora, dizem da justiça e acerto da medida proposta e justificam a expectativa de que este plano de lei merecerá a aprovação dos srs. Deputados.

Projeto de Lei n°

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica concedida uma pensão mensal de Cr\$ 2.000.00 (dois mil cruzeiros) a Cláudio Almeida Rocha, filho inválido de Dna. Maria Thereza Almeida Rocha.

Art. 2.º — A despesa com a execução desta Lei correrá à conta da verba própria do Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1º de julho de 1960.

(a) Antonio Annibelli

JUSTIFICAÇÃO: — Trata-se de um jovem que, para sua infelicidade e desventura, sofreu completo atrofiamento de seus membros e hoje encontra-se inválido, na dependência exclusivamente de sua pobre mãe, a qual, por sua vez, é também pessoa doentia. Para prover a sua subsistência e a de seu filho, bem como para atender despesas com a aquisição de medicamentos para ambos, não conta a referida Senhora com outros recursos senão com o que percebe pelo desempenho da função que exerce, de Zeladora de um dos estabelecimento educacionais desta Capital. Residem à Rua Dr. Faivre, esquina com Marechal Deodoro, num porão que lhes foi cedido, sem qualquer despesa, pela família locatária. Lá poderão ser encontrados e constatada a veracidade do que acima afirmamos. Justo, portanto, que se conceda ao jovem Cláudio Almeida Rocha, a pensão que este Projeto preconiza, para a qual temos certeza, haveremos de contar com o necessário e indispensável apoio dos nossos eminentes pares.

Projeto de Lei n°

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Os integrantes da carreira de Contador classe "O", "P", "Q" e "R", da Tabela III, da Parte Permanente, do Quadro Geral do Funcionalismo Público Civil do Estado, passam a perceber vencimentos equivalentes aos de Promotor Público de 1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª entrância, respectivamente.

Art. 2.º — Os títulos dos servidores atingidos pela presente Lei, serão apostilados pela autoridade competente e registrados na Diretoria de Despesa Fixa, da Secretaria da Fazenda.

Art. 3.º — As despesas com a execução desta Lei correrão por conta da verba própria do orçamento do Estado.

Art. 4o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1º de julho de 1960.

(a) Néo Martins

JUSTIFICAÇÃO: — A presente medida visa praticar um ato de justiça para com os integrantes da carreira de Contador, cujo curso foi por lei federal — Decreto-Lei n.º 7.988, equiparado aos bacharéis em Ciências Contábeis e Atuariais, assegurando àqueles os mesmos direitos e prerrogativas deste. Face ao referido diploma legal, a matéria tornou-se pacífica tendo o Governo da União adotado providência semelhante com relação aos seus servidores e também diversos Estados, dentre os quais o de São Paulo, decorrente de recente decisão proferida em Acórdão da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça, daquele Estado, conforme publicação na Revista dos Tribunais, de dezembro de 1958, Volume 278, páginas 287-289.

É ainda oportuno salientar que, neste Estado, para o ingresso na carreira de Contador é exigido como documento hábil, o diploma de bacharel em Ciências Contábeis e Atuariais ou o de Contador, formado anteriormente ao Decreto-Lei n.º 2.988, já referido.

Projeto de Lei n.º

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — O salário-família instituído pelo Decreto-Lei n.º 354, de 6 de agosto de 1945, modificado pela Lei n.º 4.126, de 10 de dezembro de 1959, passa a ser pago na razão de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) por dependente a todo servidor ativo e inativo.

Parágrafo único — Inclui-se como dependente, para efeito do pagamento do salário-família, o cônjuge do sexo feminino que não exerça atividade remunerada ou perceba pensão ou qualquer outro rendimento em importância igual ou superior ao valor do salário-família.

Art. 2.º — As despesas com a execução desta Lei correrão pelas verbas próprias do Orçamento do Estado.

Art. 3.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1960.

(a) Élio Dias

JUSTIFICAÇÃO: — O agravamento do custo de vida em nosso país tem suscitado, a cada momento, a manifestação dos sindicatos de trabalhadores das mais variadas categorias, pugnando pelo reajustamento de salários.

Providências são tomadas no sentido de bloquear a espiral inflacionária. Infelizmente elas não surtem o efeito desejado. Os preços continuam subindo, causando pânico nos orçamentos domésticos, principalmente os de origem modesta.

Uma das classes mais atingidas por esse fenômeno inflacionário é, indubitavelmente, o do funcionalismo público, que em sua grande maioria, é constituída de pequenos servidores todos percebendo salário de nível baixo.

As famílias mais numerosas são, justamente, aquelas de posses modestas, sofrendo, assim, com mais rudeza as agruras que a elevação do custo de vida a eles impõe.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro, com bastante oportunidade, levado que foi, pela angustiosa situação dos seus dedicados servidores, além de reajustar os seus vencimentos de maneira substancial, elevou, também, o nível de salário-família para Cr\$ 1.000,00, dando, desta maneira, uma situação mais cômoda ao chefe de família numerosa.

Diversos governos estaduais, inspirados pelo mesmo sentimento fizeram, nos seus territórios, dentro dos quadros de seu funcionalismo, reajustamento idêntico, visando, principalmente, beneficiar a família numerosa.

O presente plano de lei visa, além de aumentar o salário família em ní.

veis idênticos aos do Estado do Rio de Janeiro, instituir, também, o salário-esposa, na forma já vigente entre o funcionalismo público federal.

Quando da instituição, no Paraná, do salário-família, o legislador justificou a iniciativa fundamentado na necessidade de amparo à família numerosa. Infelizmente, por razões que desconhecemos, deixou ele de incluir a esposa como beneficiária. Ora, ninguém mais do que a esposa merece tal amparo por ser ela o dependente principal de uma família. Não considerá-la como dependente é um contrasenso. O chefe de família cuja obrigação precípua é suprir as necessidades de sua família, não pode deixar de atender, como é óbvio, o sustento de sua esposa.

Assim sendo, apresentamos o projeto de lei em tela justamente para sanar tão grande falha em nossa legislação específica.

Acreditamos, pois, venha o presente plano de lei a merecer o beneplácito dos senhores deputados com assento nesta colenda Assembléia.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao sr. deputado João Vargas de Oliveira, primeiro orador inscrito.

O SR. JOÃO VARGAS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados. (Lê)

“Considero que nas assembléias democráticas, como a desta Casa, em que estão representadas as correntes de opinião de nosso Estado, não podem deixar de registrar os acontecimentos de relêvo da vida política, social e econômica. É por este motivo, Sr. Presidente, que ergo minha voz para trazer ao registro deste nobre plenário, um acontecimento político que embora não sendo exponencial merece, todavia, não passar despercebido em nossos anais. Desejo, Srs. Deputados, referir-me ao manifesto dirigido ao Povo do Paraná por eminentes líderes do Partido Trabalhista Brasileiro, examinando aspectos da atualidade política em nossa terra.

Mas minha voz calaria, eximindo-me destes comentários, afastando-me das querelas internas que começam de público a empolgar da base à cúpula do Partido Trabalhista Brasileiro, por um princípio de respeito e ética àquela facção política, não tivessem seus ilustres subscritores, tentado denegrir a figura destacada de um homem que hoje, sem favor nenhum, se agiganta na liderança do povo brasileiro, deste povo sofrido de tódas as camadas e condições sociais de nossa pátria. Refiro-me, Srs. Deputados, ao grande brasileiro que também é candidato à presidência da República de meu partido, o sr. deputado Jânio Quadros. Em torno da figura desse homem bizarro, desse líder de massas, se enchem de esperanças os homens e mulheres do Brasil, esperando que o ex-governador de São Paulo aplique na Presidência da República os mesmos traços fundos de honradez pessoal e administrativa que exornam sua personalidade.

Estando inteiramente dedicado à campanha vitoriosa do Sr. Jânio Quadros à Presidência da República, não poderia, sr. Presidente e nobres Deputados, silenciar quando eminentes líderes do P.T.B., no citado manifesto, procuram agredir a personalidade do ex-governador de São Paulo, sobretudo em face do silêncio tumular da bancada do mesmo Partido, dos elementos que já de público apoiaram e acompanharam o ilustre brasileiro. Afirma o “manifesto” dado a público pela imprensa da Capital há poucos dias, que “irmanam-se alguns dos Deputados e membros da própria Comissão Executiva Regional com a candidatura do Sr. Jânio Quadros, inimigo declarado do nacionalismo de Getúlio Vargas, de quem foi ferrenho adversário e que só o oportunismo eleitoralista poderia colocá-lo dentro da gloriosa legenda do P.T.B., no maior desrespeito à linha da política nacional que adotou oficialmente”.

Disse e repito que não me devem importar as naturais querelas do Partido Trabalhista. Neias não me intrometo, mas não posso deixar passar sem reparos a acusação de que o Sr. Jânio Quadros foi inimigo declarado do nacionalismo de Getúlio Vargas, de quem teria sido ferrenho adversário.

A verdade é bem outra. O Sr. Jânio Quadros é um dos nacionalistas de primeira linha neste país tendo, inclusive, quando Getúlio Vargas programava o monopólio estatal do petróleo, sido perseguido em praça pública, quando com os estudantes da paulicéia, levavam às ruas a campanha de esclarecimento contra os "trusts" internacionais. Assumindo o governo de São Paulo em escombros, minado pela corrupção de toda a ordem e de toda a forma, o Sr. Jânio Quadros deu à sua administração um cunho de honradez, de dignidade e de garantias, que proporcionou um clima de segurança, de forma a atrair as grandes indústrias para aquele Estado, fundamentando solidamente o maior parque industrial da América do Sul, de forma a construir as alavancas básicas para nosso desenvolvimento e emancipação econômica".

O sr. Waldemar Daros — V. Excia. permite um aparte? (Assentimento)

Na realidade, há notícia de que o candidato a que V. Excia. se referia tomara posição na criação da Petrobrás. Entretanto na "Tribuna da Imprensa", um artigo assinado por Carlos Lacerda, aquele mesmo deputado que pertence ao partido de V. Excia., acusava esse candidato de, em uma de suas andanças pelos Estados Unidos, perante autoridades brasileiras e representantes do poder econômico americano, bater no peito e dizer: "pni-tencio-me por ter sido a favor da Petrobrás e, se eleito Presidente da República brasileira, afirmo que a política petrolífera do Brasil há de mudar".

Portanto, V. Excia. terá que ir procurar uma reconsideração naquilo que afirmara Carlos Lacerda, quando se referia a Jânio Quadros, naquêle seu passeio aos Estados Unidos. De sorte que V. Excia. vê que o manifesto a que V. Excia. se refere, e que tive a honra de subscrever, não faz nada mais nada menos do que repetir o que o líder do partido de V. Excia., Carlos Lacerda, afirmava em artigo assinado na "Tribuna da Imprensa".

O SR. JOÃO VARGAS DE OLIVEIRA — Desconheço esse artigo a que V. Excia. está se referindo, mas queria dizer a V. Excia. que também o candidato de V. Excia. apoia com tanto ardor, o sr. Marechal Teixeira Lott, quando Ministro da Guerra, permitiu que a base de Fernando de Noronha fosse entregue aos americanos...

O sr. Nicanor de Vasconcellos — Muito bem.

O SR. JOÃO VARGAS DE OLIVEIRA — ... permitiu também que fosse assinado o acôrdo de Roboré. Portanto, V. Excia. também deve ver que nacionalismo é esse do seu candidato que permite que os estrangeiros venham fazer base no território nacional e que se assine um acôrdo que vem prejudicar a economia nacional.

O sr. Waldemar Daros — V. Excia. me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. JOÃO VARGAS DE OLIVEIRA — Com toda a satisfação, nobre Deputado.

O sr. Waldemar Daros — Vejo que V. Excia. está alheio a nossa história. V. Excia. sabe que Fernando de Noronha é um episódio que não dependeu do Marechal Henrique Teixeira Lott. É um acôrdo militar Brasil-Estados Unidos, que autoriza aquela potência a tomar conta de Fernando de Noronha. O Ministro da Guerra não teve interferência alguma naquela base dos americanos em Fernando de Noronha. De sorte que V. Excia., ao fazer essa acusação ao Marechal Henrique Teixeira Lott, está sendo injusto, injustíssimo mesmo. Com relação a Roboré, V. Excia. também sabe que as notas Reversais foram assiadas no Ministério das Relações Exteriores, à revelia até do Presidente da República. Foi o Ministro das Relações Exteriores, com o Ministro das Relações Exteriores da Bolívia, que assinaram as notas Reversais. O Tratado de Roboré é de 1938, é um tratado em que o Brasil — se V. Excia. não sabe, permita-me esclarecer-lhe — o Brasil se comprometia a fazer uma estrada de ferro de Corumbá a Santa Cruz de la Sierra em troca de uma faixa de sessenta quilômetros, onde o Brasil poderia explorar o petróleo. Todavia, em 1953, 54 e 57, o Ministério

das Relações Exteriores, à revelia do Presidente da República e do Ministro da Guerra, assinava as notas Reversals que são novos tratados, contrariando o dispositivo expresso da Constituição.

De sorte que V. Excia. está alheio a esses acontecimentos e procura atribuir a responsabilidade deles a S. Excia., o Marechal Henrique Teixeira Lott, que não teve qualquer interferência nesses dois casos apontados por V. Excia.

Todavia, a revista "Ransom's Letter", publicada nos Estados Unidos, quinze dias antes da renúncia do candidato que V. Excia. apregoa como vitorioso neste país, anunciava a renúncia do mesmo, porque dizia aquela revista que o sr. Rockefeller se recusava a fornecer-lhe fundos para a campanha à Presidência da República. Vê V. Excia. que o sr. Nelson Rockefeller é representante da Standard Oil e que, portanto, aquela revista, anunciando, quinze dias antes, a renúncia do sr. Jânio Quadros, tinha conhecimento da ligação profunda entre esse candidato e os representantes do "trust" internacional.

Há uma diferença muito grande entre o Marechal, homem digno, honrado e íntegro, que jamais esteve ligado com esses grupos internacionais que nos exploram. Veja V. Excia., o sistema de eletrificação de São Paulo é um atentado contra a soberania nacional, é um atentado contra a nossa economia porque está todo ele interligado com o sistema da Bond and Share e da Light. Pergunto a V. Excia.: como esse homem pode se apresentar à consideração do povo brasileiro, dizendo-se nacionalista? Espero que V. Excia., com sua inteligência e com o seu raciocínio, possa nos esclarecer estes pontos, tão comprometedores.

O SR. JOÃO VARGAS DE OLIVEIRA — Quero dizer a V. Excia., sr. Deputado, que V. Excia. não disse uma única palavra do Marechal Teixeira Lott que, naquela ocasião, poderia ter se manifestado contra o acôrdo de Roboré e a entrega da base de Fernando de Noronha. Não, ninguém ouviu, ninguém soube das manifestações contrárias do sr. Marechal Teixeira Lott. Mesmo fazendo parte do governo, como sempre fez, nunca se manifestou contra esse entreguismo. V. Excia. vem, justamente hoje, apontar um homem que é o candidato do povo — Jânio Quadros. Será que o povo brasileiro, os correligionários de V. Excia., que também são nacionalistas como eu e como V. Excia., estão enganados com relação a este grande candidato? Se o povo está acompanhando a vida pública de Jânio Quadros, como nós, seus correligionários e mesmo V. Excia. não podemos estar tão enganados. Todos nós somos nacionalistas e queremos, também, um homem digno na presidência da República.

Já tenho aparteado V. Excia. e tenho dado meu apóio quando fala contra a Companhia Fôrça e Luz. Em Ponta Grossa, fui o primeiro que levantou a voz, e fui, também, o primeiro Deputado a se manifestar contra a Cia. Prada. Fui, igualmente, o único prefeito que fez isso. Sou contra os monopólios estrangeiros, sou contra o entreguismo e sou tão nacionalista quanto V. Excia., que não pode duvidar de meu nacionalismo e nem do racionalismo do nosso candidato.

O sr. Agostinho Rodrigues — Ninguém pode conceber que um ex-Ministro da Guerra, enfeixando uma autoridade como enfeixou o sr. Marechal Teixeira Lott, pudesse ser desconhecedor de fatos tão transcendentais como o acôrdo de Roboré, ou a cessão da ilha de Fernando de Noronha, para que nela se instalasse uma estação controle de teleguiados do Exército dos Estados Unidos. É inconcebível que um ministro da Guerra, como foi o sr. marechal Teixeira Lott, à época, não fôsse ouvido, a respeito de fatos de tamanha importância. Na realidade a entrega de Fernando de Noronha, pode-se dizer, foi um atentado à nossa soberania.

Estou inteiramente com V. Excia. Discordo particularmente do sr. deputado Waldemar Daros, quando disse que o sr. mal. Teixeira Lott não teve conhecimento desses fatos.

O sr. Waldemar Daros — Em meu aparte, ou não me fiz claro ou V. Excia. e o nobre sr. deputado Agostinho Rodrigues não entenderam. Com V. Excia., isto é justificável ainda, porque não é militar. Todavia, o sr. deputado Agostinho Rodrigues pertence às forças armadas de nosso país. A função do Ministro da Guerra é manter a ordem interna e repelir a agressão externa. O acôrdo de Roboré, sr. Deputado e nobre sr. deputado Agostinho Rodrigues, e principalmente sr. deputado Agostinho Rodrigues a quem aconselharia que estudasse melhor o problema — foi, como disse, assinado em 1938 pelo imortal presidente Getúlio Vargas. Em 1953, 1957 e 1958, foram assinadas as Notas Reversais, o que importou em novo tratado. O então sr. ministro da Guerra não teve ingerência e nem conhecimento desses fatos, porque essas Notas Reversais, — quero explicar o sejam, ao sr. deputado Agostinho Rodrigues e V. Excia. também aprenderá — é a regulamentação de um tratado e importam em um novo convênio. Tanto é verdade que um ilustre Deputado pertencente ao partido de V. Excia. o sr. Gabriel Passos, apresentou na Câmara Federal um projeto de resolução para que o Congresso aprecie aquelas Notas porque importam em novo tratado.

No tratado de 1938, o Brasil não se obrigava comprar 100.000 barris diários da área B. O Brasil não se comprometia a fazer os oleodutos de Santa Cruz de la Sierra-Santos. O Brasil não entregava uma faixa de seu território à Bolívia. O Brasil não tinha obrigação de fazer com que o Estado de Mato Grosso, comprasse diariamente 5.000 barris de gasolina, não de óleo bruto. O Brasil não se comprometia no tratado de 1958 a entregar a metade da faixa compreendida entre Corumbá e Santa Cruz de la Sierra, com aquelas Notas Reversais, a metade da área foi entregue à Bolívia, não à Bolívia, que aí está, mas sim ao "trust" da Standard Oil, do sr. Nelson Rockefeller, compadre e amigo do homem das cartas. Em tudo isso vai a nossa desconfiança da atitude, na presidência da República, se eleito desse candidato — que V. Excia. com tanto entusiasmo tece loas. Com relação à entrega de Fernando de Noronha, aquilo foi resultante do Tratado Militar Brasil-Estados Unidos, assinado ainda no Governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra portanto, S. Excia., o Sr. Ministro da Guerra, não tinha ingerência nenhuma naquilo que representava a lei entre os dois países. Estou de acôrdo com V. Excia., que a entrega de Fernando de Noronha aos americanos é revoltante à nós brasileiros, e que o povo devia botar para fora os estrangeiros que estão invadindo uma parte do nosso território.

Vê V. Excia., como é bem diferente a realidade dos fatos, bem diferente daquela que, pretendem pintar aqueles que querem vestir a roupagem de nacionalista à este candidato que não é nacionalista, que seus atos, sua vida pública, as suas manifestações foram sempre contrários aos interesses nacionais.

Aqui mesmo na Capital do Paraná, aqui em Curitiba, numa das rádios emissoras, ouvi esse candidato dizer — e nesse instante, eu que era fã dele, enojado, desliguei o receptor, — que "se eleito Presidente da República, fiquem certos que eu hei de exterminar a Petrobrás, porque é contrária aos interesses da nossa Pátria".

Hoje que é candidato, que se apresenta à consideração do povo brasileiro, bate no peito e diz que a Petrobrás é intocável "eu respeito a Petrobrás". E fique certo, ele vai respeitar, porque se eleito — essa questão de eleito, isso não depende de nós, mas, da vontade soberana do povo mas, se tentar tocar na Petrobrás, na política petrolífera do Brasil, fique certo que o povo há de derrubá-lo como tem derrubado a todos aqueles que têm procedido contra os interesses do povo.

O SR. JOÃO VARGAS DE OLIVEIRA — Agradeço a aula que V. Excia. me deu. Mas V. Excia. não poderá me insinuar êsses.

O sr. Waldemar Daros — V. Excia., me permite...

O SR. JOÃO VARGAS DE OLIVEIRA — V. Excia. faça-me o favor...

O SR. PRESIDENTE — (Soam os tímpanos) — Com a palavra o nobre deputado João Vargas de Oliveira.

O sr. Nicanor Vasconcellos — V. Excia. me permite um aparte? (Assentimento). Eu desejo apenas fazer um ligeiro reparo às declarações que V. Excia. acaba de fazer e que o Deputado Federal Jânio Quadros é candidato do povo do Paraná, mas, é também o de partidos políticos existentes no Paraná, e até dos partidos e que têm candidatos ao Governo do Estado. Veja bem V. Excia., no interior do Estado se formam comitês "Jânio-Maculan", "Jânio-Ney" e "Jânio-Plínio". Veja V. Excia. que se pretende fazer de Jânio, o homem capaz de levar o candidato ao governo do Estado do Paraná. Veja V. Excia. que o povo se inclina à candidatura de Jânio Quadros no Paraná e no Brasil.

O SR. JOÃO VARGAS DE OLIVEIRA — Tem razão V. Excia. porque lá em Ponta Grossa temos o comitê "Jânio-Maculan"...

O sr. Nicanor Vasconcellos — Na minha terra também.

O SR. VARGAS DE OLIVEIRA — ...cujo comitê está presidido pelo Sr. José de Campos Melo, cujo programa é patrocinado pelo Partido Trabalhista e ele mesmo passa o visto no programa. Todos querem ir na faixa de Jânio Quadros. Esta é a realidade. O candidato, na opinião do nobre sr. deputado Waldemar Daros, é entreguista, é inimigo da pátria. Mas, afinal de contas todo mundo quer Jânio para Presidente da República.

Outra coisa quero dizer: quando o sr. Marechal Teixeira Lott esteve como Ministro da Guerra porque não levantou o povo brasileiro, éle que tinha as armas na mão, contra o povo americano? Quem assinou o acôrdo Roboré foi o Presidente Juscelino Kubitschek. E o que fez o ex-Ministro da Guerra ainda? Mandou canhões para impedir a marcha da produção, no norte do Paraná, para reivindicar os direitos do Paraná.

O sr. Nicanor Vasconcellos — E o 11 de novembro? Será isto manter a paz?

O SR. PRESIDENTE — A Mesa solicita aos srs. Deputados que aparteiem o orador, conforme seu assentimento.

O sr. Pedro Liberti — V. Excia. permite um aparte? (Assentimento). Vou falar depois de V. Excia. Porisso, não quero perturbar o raciocínio de V. Excia. que já está sendo por demais apartado. Apenas agora quero aproveitar a oportunidade quando se falou em "comitê de "Jânio-Maculan", quero me reportar ao discurso do sr. Jânio Quadros nos municípios de Jacarézinho, Londrina e Cornélio Procópio, onde S. Excia. disse que só pertencia a um partido político — e isto gravou a ZYS-31, Rádio de Rolândia. E o nosso Diretor de propaganda da Rádio acompanhou com interesse até Cornélio Procópio e Londrina, onde teve oportunidade de gravar o que Jânio disse — que éle, simplesmente, tinha o apóio da União Democrática Nacional e de outros partidos no Paraná e mesmo em todo o Brasil. Que éle não pertence a partido nenhum, a não ser ao partido do saudoso Souza Naves. Portanto, éle é membro nato do Partido Trabalhista Brasileiro. Estas são as palavras gravadas, ditas pelo Sr. Jânio Quadros. Eu, nesta Casa, — V. Excia. talvez se recorde, em 58, quando assumiu a sua de Deputado e funcionou brilhantemente — em discurso, fiz a defesa do Sr. Jânio Quadros, quando foi chamado de alienígena, e que aqui no Paraná havia homens capazes para concorrer àquelas eleições. Por isso eu falei sobre a ata, explicando a razão do meu discurso ao sr. Adhemar de Barros, porque queria estar, como estou e sempre estive, com a cabeça levantada, para falar alto e bom som e jamais feltando, com a minha atitude e minha intenção, acompanhando S. Excia.

Era o aparte que queria dar a V. Excia.

O SR. JOÃO VARGAS DE OLIVEIRA — Agradeço o aparte do nobre Deputado e quero fazer um esclarecimento: toda vez que se ferirem eleições

no Paraná de Deputado Federal e de Senador, e que aqui aportarem para-quadristas, candidatos de outros Estados, como aconteceu naquela ocasião, com Adhemar de Barros, Jânio Quadros e Egon Bercht, levantarei minha voz com o mesmo ardor, nesta tribuna ou fora dela se não fôr Deputado, porque acho que não se pode permitir, num Estado como o Paraná, rico em todos os sentidos principalmente em homens, que outros venham aqui disputar, como veio Jânio Quadros. Repudiei as candidaturas de Jânio Quadros, Egon Bercht e Adhemar de Barros e repudiarei as de outros que vierem, mesmo que fossem de meu Partido, como Carlos Lacerda e outros.

Aquêle meu discurso foi comentado até no Rio e São Paulo, porque foi oportuno. Sinto-me orgulhoso daquele discurso, que não era contra Jânio Quadros, porque sempre o admirei como administrador, mas porque era meu ponto de vista. Hoje, é candidato a Presidência da República e o caso é outro. Se viesse como candidato ao Governo do Estado teria a minha repulsa, porque a Presidência da República, êle pode disputar em todo o Brasil.

O sr. Agostinho Rodrigues — V. Excia. permite um aparte? (Assentimento). Estou de acôrdo com V. Excia. porque, por ocasião da eleição passada também combati essa intromissão de candidatos estranhos em nossa terra. Mas, veáa V. Excia., que Jânio Quadros já demonstrava, naquela ocasião, que era um verdadeiro líder nacional, porque apesar de ter sido lançado pelo Paraná, pelo PTB, sem outro apoio, fêz mais de 80 mil votos, elegendo mais um deputado para o PTB.

O SR. JOÃO VARGAS DE OLIVEIRA — Agradeço o aparte de V. Excia. Quero dizer ao sr. deputado Pedro Liberti que respeito e admiro Jânio Quadros, — quando diz — que o único partido a que pertence é o PTB. Ele é mesmo trabalhista e a prova evidente disso é que, quem votou nêle, no Paraná, foi o povo, porque não houve trabalho, não houve equipe, não houve nada. Quem disser o contrário não está dizendo a verdade.

O que acontece é que considero e vou votar em Jânio Quadros, que é um trabalhista, porque o que interessa ao Brasil é um homem digno para governar e presidir a Nação, que está em situação calamitosa. Se não puzer um homem como Jânio Quadros para governar o Brasil, onde iremos parar? Iremos para uma ditadura e quem sabe que ditadura teremos? Quem sabe se não será aquela em que teremos de lutar nas ruas, de armas na mão. No Brasil, com esta democracia desmoralizada como está, se não vier um homem como Jânio Quadros pode acontecer que venha, aqui, o comunismo ou coisa parecida.

O sr. Waldemar Daros — V. Excia. permite mais um aparte? (Assentimento). Apartei V. Excia., ainda uma vez, porque me parece, na manifestação de V. Excia., que V. Excia. havia entendido que eu pretendia dar a entender que V. Excia. não fôsse nacionalista. Quero fazer justiça a V. Excia.

O SR. JOÃO VARGAS DE OLIVEIRA — Não ouvi bem o que V. Excia. disse.

O sr. Waldemar Daros — Eu disse que tinha a impressão de que V. Excia. entendeu que eu pretendia dizer que V. Excia. não é nacionalista. Não! Acho que o povo brasileiro é nacionalista. V. Excia. vem se manifestando nesta Casa, em apartes a discursos meus, dando integral apoio à causa nacionalista. O que eu tenho feito sempre, mesmo em programas de rádio, é acusar aquêles que pretendem votar no candidato que V. Excia. defende, de entreguistas. O povo não está esclarecido, não está apto a votar porque os principais líderes do movimento eleitoreiro dêste país não procuram esclarecer o povo. O cidadão que votar no candidato defendido por V. Excia. ou vai votar por desconhecimento de causa ou então, porque tem uma grande paixão pessoal pelo candidato. Mas, se analisarmos o aspecto político e econômico dêste país, a ação dêsse candidato, na sua vida pública passada, nós chegaremos a uma conclusão, que o povo brasileiro, se

votar conscientemente, não poderá votar nesse candidato em virtude desses laços de compromisso que ele mantém com os representantes do poder econômico estrangeiro. V. Excia. não há de desconhecer que a Bond and Share e a Light são dois caneros enquistados em nossa pátria. Mantém, esses dois grupos 80% do monopólio de energia elétrica de nosso país. Não se compreende que um Governo como o de São Paulo, com recursos financeiros de sobra, fôsse, na sua industrialização de energia elétrica, interligar todo aquele vasto sistema com esses dois grupos, ou seja, a Bond and Share e a Light. Não tenho animosidade pessoal contra seu candidato. A minha luta em favor do outro candidato é porque, estudando os problemas econômicos deste país, estudando a história de rapinagem que o Brasil sempre sofreu, desde o tempo do Brasil Império, até os nossos dias, chegamos à conclusão que temos de tomar um rumo, e um rumo a favor de um candidato que, pelo menos nas suas manifestações e no seu passado de vida pública, não esteja comprometido com aqueles grupos que nos exploram e entregam dois terços da nossa população à fome, porque a conquista econômica é muito mais vil e muito mais odiosa do que a conquista armada, porque na conquista armada nós podemos nos defender com as armas que nós possuímos, ao passo que na conquista econômica, ela vem dos bastidores, eal vai penetrando lentamente matando milhares e milhares de crianças de inanição, de fome. É por isso que lutamos contra o seu candidato porque temos uma visão de que se eleito o outro candidato, o Marechal Lott, poderemos então marchar com passos mais largos para a nossa emancipação.

O sr. Agostinho Rodrigues — V. Excia. permite um aparte?

O SR. VARGAS DE OLIVEIRA — Infelizmente, o sr. deputado Waldemar Daros fala tanto que não poderei conceder o aparte a V. Excia. Quero dizer ao sr. Deputado que lamento, mas respeito, o ponto de vista de estar apoiando a candidatura do sr. Marechal Teixeira Lott. Lamento porque considero sr. Deputado um homem de fato esclarecido, um homem lutador inteligente, e que podia muito bem estar do nosso lado. Tenho certeza de que prestaria bons serviços, principalmente ao Partido Trabalhista Brasileiro. Quero dizer que para nós, para o povo, o povo nunca foi, nunca esteve tão politizado, nunca esteve tão amadurecido politicamente, nos conhecimentos dos problemas nacionais e humanos, como está no momento. O pvo é a primeira vez que tem candidato, foi ele quem escolheu Jânio Quadros. Nós os partidos, aceitamo-lo porque era vontade popular. É regra no Brasil que os partidos aceitem os candidatos do povo. Em tôdas outras ocasiões que lançamos candidato, o povo repudiou esse candidato. Mas, desta feita, o candidato é do povo. O povo está amargurado e quer vida melhor. E ele sabe, sr. deputado Waldemar Daros, que nunca irá votar tão bem e com tanto conhecimento de causa como agora.

O sr. Agostinho Rodrigues — O nobre deputado Waldemar Daros falou em rapinagem deste Governo, mas, quero lembrar ao sr. deputado Waldemar Daros...

O sr. Waldemar Daros — Dos grupos e não do Governo.

O sr. Agostinho Rodrigues — ... que este Governo que aí está é uma sucessão de Governos, que vem tomando conta desta República há trinta anos desde 1930. É uma sucessão de Governos e o Marechal Teixeira Lott é candidato desse Governo. Então, não sei como pode o sr. deputado Waldemar Daros acusar os grupos de todos s partidos que apoiam Jânio Quadros.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa que está esgotada a hora do Expediente.

O sr. Waldemar Daros — V. Excia. permite um aparte?

O SR. JOAO VARGAS DE OLIVEIRA — Desejo alguns minutos para poder raciocinar.

O Sr. Waldemar Daros — O nobre deputado Agostinho Rodrigues está confundindo "alhos com bugalhos". Falamos dos grupos internacionais que nos exploram desde o império lusitano, do reinado de D. João VI, toda essa gente até estes Governos. V. Excia. diz bem: hastearmos, aqui, uma bandeira de luta e estaremos nesta trincheira de luta com o mesmo ardor se aqui estivessem, russos, chineses ou ingleses, qualquer um...

O sr. Nicanor de Vasconcellos — Principalmente os russos.

O sr. Waldemar Daros — As insinuações de V. Excia. são maldosas e não me atingem. A falta de argumentos do sr. deputado Agostinho Rodrigues é invocar os tempos passados. Se estudasse, ainda a história econômica do nosso país veria que temos andado a passos largos. A Petrobrás está aí e é uma reivindicação do povo brasileiro. Lembro-me que em 1949/1950 acusavam-nos disso e daquilo, porque defendíamos o nosso petróleo. Hoje, é um orgulho dos brasileiros e aqueles reacionários dizem que a Petrobrás é intocável. A história nos contará. Daqui a cinquenta anos, quando forem revolvidos os anais desta Casa, irão dizer: "Mas cada Deputado!"

O SR. JOÃO VARGAS DE OLIVEIRA — Devo dizer ao sr. deputado Waldemar Daros que quando fui Deputado pela primeira vez, nesta Casa, também, existia um Deputado do Partido Trabalhista Brasileiro, um ilustre Deputado combativo como V. Excia., que, igualmente, se manifestava, nessa ocasião, pelo monopólio estatal. E eu, naquela oportunidade, não só como agora apoio V. Excia., dei meu apoio total ao sr. deputado Julio Rocha Xavier toda a vez que se manifestava a favor das...

O sr. Waldemar Daros — É verdade, verifiquei nos Anais.

O SR. JOÃO VARGAS DE OLIVEIRA — Será possível que, também, esteja tão enganado com relação a um homem público tão falado, tão comentado e quase paranaense?

O sr. Waldemar Daros — Lamentavelmente, V. Excia. está enganado.

O SR. JOÃO VARGAS DE OLIVEIRA — O deputado Jânio Quadros viveu neste Estado, tem família aqui, conhece os problemas do Paraná e conheço a vida de Jânio Quadros desde que foi eleito Vereador. Tenho acompanhado a sua vida com simpatia desde a sua eleição para Vereador.

O sr. Agostinho Rodrigues — O nobre deputado Waldemar Daros ouviu entrevista do sr. Jânio Quadros manifestar-se contra a Petrobrás. Agora, informo S. Excia. que li uma entrevista do deputado Jânio Quadros, concedida a um jornal desta Capital, manifestando-se inteiramente a favor.

O sr. Waldemar Daros — Nesta altura "titio" iria para o inferno se se manifestasse ao contrário.

O SR. PRESIDENTE — Informo ao nobre deputado que esgotada a hora do Expediente De acordo com o Regimento Interno a Hora do Expediente é prorrogável. Se V. Excia. quiser poderá considerar-se inscrito para fazer uma explicação pessoal.

O SR. JOÃO VARGAS DE OLIVEIRA — Agradeço V. Excia. se me conceder mais 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE — Concedido.

O SR. JOÃO VARGAS DE OLIVEIRA — Terminando as respostas a esses apêndices que me foram feitos pelos srs. Deputados, principalmente pelo sr. Deputado Waldemar Daros, quero dizer que graças a Deus o povo brasileiro vai eleger para Presidente da República esse grande brasileiro que é a última esperança do País que é Jânio Quadros.

Concluindo o meu discurso. (Lê):

"Com esse mesmo propósito S. Excia. se apresenta como o favorito competidor à Presidência da República. E no Palácio Alvorada mercê de Deus, há de prosseguir na mesma avançada, com os mesmos princípios, as-

segurando ao país um clima de prosperidade essencial para a política desenvolvimentista. O que não podemos admitir é que ilustres políticos de nossa terra queiram impôr a tese de que o patriotismo, o sentimento nacionalista, seja monopólio de alguns poucos, como se o resto do país se chafurdasse na ignomínia da traição nacional.

Estas minhas palavras, com a simplicidade natural de quem dá expansão a uma convicção íntima, Sr. Presidente, tem apenas o propósito de não deixar passar em julgado, em nosso Estado, uma acusação do eminente candidato à presidência da República Jânio Quadros, quando êsse ataque surge do meio de um partido que evidentemente não pode deixar de considerar a inquestionável força popular de sua candidatura".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a hora do Expediente. Fica transferida a inscrição do sr. deputado Pedro Liberti para a próxima sessão. Com a presença de 32 srs. Deputados, passa-se à

ORDEM DO DIA.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nicanor de Vasconcellos, que solicita preferência para a votação do requerimento do sr. deputado Zaqueu de Mello. — **Aprovado.**

Em votação o requerimento do sr. deputado Zaqueu de Mello, solicitando licença para tratar de interêsses particulares, por 91 (noventa e um) dias. — **Aprovado.**

O SR. ANTONIO RUPPEL — (Pela ordem). Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Os srs. Deputados que aprovam o requerimento do sr. deputado Zaqueu de Mello, queiram levantar-se. Vinte e dois srs. Deputados o aprovam. — **Aprovado.**

O SR. ANTONIO RUPPEL — (Pela ordem). Sr. Presidente, também contei o número de srs. Deputados presentes e não notei a presença de 22 srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre Deputado que 22 srs. Deputados aprovaram o requerimento de licença do sr. deputado Zaqueu de Mello.

O SR. ANTONIO RUPPEL — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro seja feita chamada nominal dos srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Será feita a chamada nominal dos srs. Deputados para a votação do próximo requerimento.

(É feita a chamada dos srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada 8 srs. deputados. Não há quorum para funcionamento da sessão. A Mesa encerra a sessão, convocando outra para segunda feira, dia 4. à hora Regimental, com a mesma ORDEM DO DIA, à exceção do requerimento do sr. Zaqueu de Mello.

Antes porém, convoca o Suplente sr. Arthur de Souza para assumir sua cadeira de Deputado, em virtude da licença do sr. deputado Zaqueu de Mello.

Levanta-se a sessão.